



ARTIGOS



Problematizando os Estudos das Masculinidades:

A Perspectiva Transmasculina nas Pesquisas Brasileiras

Sérgio Rodrigo da Silva FERREIRA, *Universidade Federal da Bahia*

Resumo: Como se apresentam hoje, no Brasil, os estudos de gênero no campo das masculinidades na perspectiva transgênera? Partindo de um levantamento conduzido por Lucas Gottzén e Wibke Straube (2016), é que produzimos este estudo analisando 20 periódicos brasileiros dedicados a estudos de gênero e sexualidade. Como tem acontecido nos estudos do Norte Global, constatamos que há poucos trabalhos nos quais os pesquisadores brasileiros projetaram, conduziram e analisaram sobre a temática da masculinidade incluindo a perspectiva transgênera, e que há, geralmente, apenas referências ocasionais a transgeneridade na literatura sobre masculinidade. Argumentamos que tal fato se explica pelo fenômeno da cisgeneridade compulsória que entende a experiência transgênera como excepcional, pela invisibilização das transmasculinidades mesmo quando se trata do assunto da transgeneridade e ao fato de apenas recentemente haver uma massificação da possibilidade em viver e se dizer transmasculino, seguida de um maior tratamento do assunto.

PALAVRAS-CHAVE: Transmasculinidade. Transgeneridade. Estudos de gênero. Epistemologias. Masculinidades.



Introdução

Como se apresentam hoje, no Brasil, os estudos de gênero no campo das masculinidades na perspectiva transgênera? Partindo da hipótese de que ao tratar das masculinidades as vivências transmasculinas são invisibilizadas, fizemos uma revisão do que tem sido produzido no Brasil nos últimos anos sobre masculinidade em vinte periódicos focados nas questões de Gênero e Sexualidade na qual procuramos responder como a transgeneridade é abordada nesses estudos. O problema ao qual procuraremos responder é: como, e se, a questão da transmasculinidades é abordada nos estudos das masculinidades em periódicos brasileiros que publicam estudos de Gênero e Sexualidade? E, naqueles em que a transgeneridade aparece, qual é a abordagem? Quais perspectivas são adotadas?

Para termos uma ideia a respeito dos estudos sobre a temática, em uma busca¹ no portal Periódicos Capes² – que agrega bases de dados que reúnem trabalhos acadêmicos e científicos – considerando apenas as produções que tratavam das transmasculinidades (excluindo as que abordavam questões de transgeneridade de modo geral), tivemos como resultado que as produções com sentidos mais abertos (“transgênero” e “transgeneridade”) tendem a tratar mais das transgeneridades femininas (mulheres trans e travestis). Foram encontrados 7 artigos³ sobre transmasculinidades, e eles eram das áreas da Saúde Pública, da Medicina, da Educação e das Ciências Sociais e levantavam aspectos como acessos e demandas a/de serviços de saúde, planejamento familiar e relacionamento interpessoal (cuidado com o Outro).

Já no Portal de Catálogo de Teses e Dissertações da Capes⁴, ao buscar transmasculinidades aparecem 4 trabalhos que efetivamente

¹ A consulta foi feita em 15 de abril de 2010. Buscou-se pelas palavras e expressões “transgênero”, “transgeneridade”, “transmasculinidade”, “transmasculino” e “homens/homem trans”, tanto no título como no assunto, nos últimos 5 anos, considerando apenas produções em português. Optamos por manter o foco na questão do gênero como fazemos neste trabalho, ao utilizar transgênero e suas variações ao invés de transexual. Apesar de outras bases de dados certamente devolver uma quantidade mais significativa de dados, o Periódicos Capes tem o peso de ser uma plataforma avalizada pelo Estado e seu conteúdo é entendido como relevantemente científico.

² <https://www.periodicos.capes.gov.br/>

³ Somando todos os resultados por todos os termos o número total de produções era de 137 artigos.

⁴ <https://catalogodeteses.capes.gov.br/>



tomam apenas as experiências transmasculinas como tema, 3 dissertações e 1 tese. Os campos de estudo são Psicologia (2), Educação (1) e Antropologia (1). Os interesses desses estudos iam no sentido de analisar a experiência subjetiva da masculinidade de homens trans, seus processos de identificação e construção, aspectos pedagógicos sobre o gênero e as possibilidades, e estratégias de vivências e resistências transmasculinas.

Se se fala e se produz muito pouco sobre transgeneridade, fala-se quase nada sobre transmasculinidade. Isso se deve, a recente massificação da possibilidade em viver e se dizer transmasculino, a emergência dessa identificação (ALMEIDA, 2019; ÁVILA, 2014). Outro fator é quando se fala em transgeneridade, pensa-se logo em mulheres trans inclusive por conta de uma caricaturização do tema em torno de estereótipos no discurso midiático (SERANO, 2015). E também há a cisgeneridade compulsória que entende que a experiência cisgênera como o normal e a trans como excepcional, estranha (VERGUEIRO, 2016).

Pesquisas Sobre Masculinidades Transgêneras no Contexto do Norte Global

Lucas Gottzén e Wibke Straube (2016) fizeram uma revisão dos estudos sobre as masculinidades trans no contexto do Norte Global e apontaram alguns avanços e algumas deficiências no campo. Eles constataram que há poucos trabalhos nos quais os autores projetaram, conduziram e analisaram sobre a temática, e que, de modo geral, há referências ocasionais a transgêneros na literatura sobre masculinidade.

Para os autores, desses estudos publicados na virada dos anos 1990 para 2000, Alan Petersen e Raewyn Connell se destacam. Petersen, ao pesquisar sobre comunidades trans e *queer* inclusivas (*genderblenders*), escreve sobre ações e discursos de desestabilização dos binarismos de gênero, enfatizando a fluidez do desejo e da auto-identificação sexual, em publicação de 1998. Já no trabalho de Connell revisando as masculinidades, a autora trata de um entendimento cada vez mais presente de que as diferenças tomadas como naturais são em si uma construção cultural, parte de uma maneira específica de pensar sobre gênero, sendo assim necessário produzi-lo numa categoria distinta do que existia até então. Nesse trabalho, originalmente de 1995, a autora vai definir a masculinidade como uma configuração da prática de gênero, isso é, uma prática social que constantemente se refere aos corpos e ao que os



corpos fazem, não sendo uma prática social reduzida ao corpo (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). Nessa publicação, Connell entende a masculinidade como prática corporificada, portanto tende a torná-la como algo que os corpos cis-masculinos produzem. Entretanto, há uma abertura na sua teoria ao descrever a masculinidade como um conjunto de normas ou ideologias além dos corpos masculinos.

Dos trabalhos posteriores de Raewyn Connell, Lucas Gottzén e Wibke Straube (2016) destacam a crítica da autora a uma certa perspectiva pós-estruturalista nos estudos sobre a transexualidade, por ter uma tendência a “desgendar (*degender*) os grupos mencionados, seja enfatizando apenas seu status não normativo ou ‘transgressivo’; alegando que a identidade de gênero é fluida, plástica, maleável, instável, móvel e assim por diante; ou simplesmente ignorando a localização do gênero” (CONNELL, Raewyn, 2012, p. 864, tradução nossa). A questão levantada por Connell nos estudos pós-estruturalistas é que eles muitas vezes entendem a transgeneridade⁵ como uma simples questão de identidade, enquanto que, para a autora, ela seria a composição de atravessamentos de uma variedade de experiências e pré-condições materiais e práticas. Para além de ser apenas uma perspectiva identitária, transgeneridade é sobre necessitar se relacionar com diferentes instituições sociais, como o Estado patriarcal, a economia, a família, o mercado de trabalho, as instituições de ensino e a profissão médica. A questão transgênero para Connell (2012) deve ser entendida como prática social e material.

Numa perspectiva decolonial, ainda sobre as experiências e pré-condições materiais e práticas da transgeneridade, Raewyn Connell ressalta que é crucial questionar quem é capaz de fazer a transição e quem pode custear as intervenções médicas, especialmente em países que foram colonizados e são empobrecidos numa perspectiva global nos quais a maioria das pessoas trans vivem e trabalham em situações financeiramente precárias devido à discriminação no emprego e falta de acesso à educação (GOTTZÉN; STRAUBE, 2016).

Ainda do ponto de vista da colonialidade, Huong Nguyen destacará que descolonizar as masculinidades trans é fundamental, pois distintos entendimentos das práticas de gênero enquanto corporificação daqueles que estão em não-conformidade com a norma possuem especificidades locais que variam fortemente dependendo do contexto nacional e regional (GOTTZÉN; STRAUBE, 2016).

⁵ Ela fala em transexualidade, Gottzén e Straube que estendem para pessoas transgêneras e trans em geral (GOTTZÉN; STRAUBE, 2016).



A literatura que vai especificamente tratar da experiência de homens trans surge no contexto americano no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000. O sociólogo Jan Wickman vai apontar um crescimento da visibilidade de homens trans tanto nos discursos acadêmicos e ativistas, mas também nos midiáticos nessa época conectando com o fato de uma maior sexualização e mercantilização social do corpo masculino como um objeto estético, enfatizando a volatilidade corporal. Gottzén e Straube vão constatar que essa literatura se relacionará pouco com as teorias e os estudos da Masculinidade. Eles vão atribuir tal fato a uma problemática na abordagem de não marcação da masculinidade cisgênera e a à falta de interesse em enquadramentos trans e *queer*.

Também os estudos feministas evitaram tratar das questões trans e nelas essa população era abordada no máximo para evidenciar suas reproduções subversivas e/ou normativas do gênero. Os homens trans foram abordados, nesses estudos, como uma ameaça ao feminismo, por um lado, ou como exemplos de um questionamento radical dos sistemas de gênero e sexualidade. Esses dois enquadramentos excluiu as possibilidades de análises que evidenciassem as multiplicidades da transmasculinidades (GOTTZÉN; STRAUBE, 2016).

Os trabalhos que debateram a questão transexual e transgênera na perspectiva do gênero demonstraram como não apenas as pessoas trans, mas também as pessoas não trans criam o gênero e esse, é algo que deve ser aprendido na interação cotidiana, bem como a norma sexual binária como produzida sociocultural e historicamente. É marcante como discursos e práticas médicas fundamental a definição do sexo dos indivíduos. Do ponto de vista do reconhecimento de homens trans por outros homens são detalhadas na aceitação e obtenção de privilégios quando reconhecidos ou como marginação e discriminação quando não são (GOTTZÉN; STRAUBE, 2016).

Lucas Gottzén e Wibke Straube tecem elogios ao trabalho de Jack Halberstam (2008), *Female masculinity* (Masculinidade feminina), publicado originalmente em 1998, por conseguir unir de forma eficiente os campos dos estudos de masculinidade e estudos trans. Halberstam com seu trabalho cria uma desestabilização da relação entre homens e masculinidade, rompendo tal vínculo, ao explorar a masculinidade em corpos que não o do homem cisgênero (incluindo as masculinidades lésbicas).

Como contribuição, pesquisas da masculinidade trans podem ajudar os estudos de masculinidade a aprender que às vezes a



masculinidade não tem nada a ver com os homens e a cada vez mais permitirmos elementos que trabalham a separação e a relação dessas duas categorias. Gottzén e Straube vão defender a potencialidade de tais pesquisas quando elas trabalham a multiplicidade das masculinidades de modo a retirarem o caráter essencial do corpo cis-masculino. Desse modo, é cada vez mais importante que quando falamos de masculinidades nesses corpos que não o deixemos mais como “não marcados”, ou seja, em vez de deixar subentendido que toda masculinidade faz referência a corpos cis-masculinos, deixar evidenciado que naquele momento estamos falando *especificamente* sobre as masculinidades cisgêneras, evidenciando as posições sociais dos sujeitos da pesquisa (GOTTZÉN; STRAUBE, 2016).

(Trans)Masculinidades nas Pesquisas Brasileiras

Buscamos levantar as mesmas questões que Gottzén e Straube nas produções brasileiras. Para tanto, verificamos nos periódicos que publicam estudos de Gênero e de Sexualidade⁶ quais pesquisas e quais questões levantam sobre a masculinidades para homens trans.

As buscas em todos os periódicos retornaram apenas 8 artigos que se dedicavam a questão da masculinidade de homens trans. Os trabalhos possuíam enquadramentos como a construção individual da masculinidade por pessoa transmasculina, hormonização como produção de masculinidade, a luta e militância de um popular homem trans, a invisibilização das transmasculinidades na Educação, a diversidade das experiências transmasculinas e o não-reconhecimento da masculinidade de homens trans em relações. Além disso, a transmasculinidade também foi tema de um trabalho referente a travestis (BORBA, 2012), o que difere do contexto americano, no qual masculinidades e feminilidades não são geralmente abordados para travestis e mulheres trans (GOTTZÉN; STRAUBE, 2016).

⁶ Buscamos os termos “transmasculinidade” e “masculinidade”, verificando neste segundo caso se fazia referência as identidades trans. Os 20 periódicos consultados foram Artemis; Bagoas; Caderno Espaço Feminino; Cadernos de Gênero e Diversidade; Cadernos de Gênero e Tecnologia; Cadernos Pagu; Coisas do Gênero; Diversidade e Educação; Feminismos; Gênero; Gênero e Direito; Gênero na Amazônia; Labrys; Periodicus; REBEH; Revista de Gênero, Sexualidade e Direito; Revista Estudos Feministas; Revista Latino-americana de Geografia e Gênero; Sexualidade e Política: revista brasileira de políticas públicas LGBTI+; Sexualidad, Salud y Sociedad.



Já ao buscarmos trabalhos que versavam sobre as masculinidades, dos 163 trabalhos encontrados apenas 14 mencionavam as transmasculinidades. Via de regra, as transmasculinidades são retratadas nesses trabalhos de modo generalista, ligeiro e circunstancial, comentando de maneira abrangente as contribuições dos estudos trans, utilizando-os como exemplo da multiplicidade do gênero, apontando-os como evidência da norma de gênero. Também são mencionadas masculinidades cisgêneras (não-marcadas) para tratar de masculinidades e suas relações com a transfobia (dos homens cisgêneros sendo transfóbicos ou anti-transfóbicos) como delineamento de uma masculinidade hegemônica e dominante. Também há alguns estudos que falam da relação de mulheres trans e pessoas *crossdressers* com a masculinidade.

Nesses trabalhos há uma entrevista realizada por Cristiano Rodrigues, Darlane Silva Vieira Andrade e Maíra Kubik Mano (2015) com Raewyn Connell, para a Revista Feminismos, numa ocasião em que ela esteve no Brasil, na qual a autora ressalta novamente a importância de marcar os gêneros quando referir-se aos sujeitos, uma vez que quando se usa o conceito de “trangênero” genericamente efetivamente você está desgênerando (*de-genderers*) os sujeitos. Pois,

se você olha para mulheres transexuais, você está olhando para mulheres, para as quais a posição social de mulheres é central em suas vidas. E isto ocorre de maneira semelhante com os homens transexuais. A posição de gênero tem sido tão importante em suas vidas que elas tiveram que, de fato, fazer uma transição da posição de homem para a posição social de mulher (RODRIGUES; ANDRADE; MANO, 2015, p. 51).

Essa fala é especialmente potente quando confrontamos com o enquadramento dado a maioria dos estudos, estendendo-o para contemplar a cisgeneridade, em que há um disseminado discurso de naturalização das masculinidades de homens cisgêneros, sendo que na maioria dos casos são vistos de modo associativo: ‘se falo de masculinidade, falo de homens cisgêneros’. Mesmo trabalhos que fazem revisões sobre os estudos das masculinidades não contemplam as transmasculinidades.



No meu próprio processo de pesquisa (FERREIRA, 2020), essa dimensão desgredada da transgeneridade é de um lado tomada como deboche por alguns dos meus interlocutores, quando vão brincar com a generalidade do sufixo “trans”, e por outro é tratada como um espaço de encontro das distintas identidades trans para constituição de suporte mútuo e articulação política. Quando perguntei o que era trans, um dos meus interlocutores respondeu: “*Trans, é um sufixo. Kkkkkk Trans porte, Trans piração Kkkkkk*”. Outros interlocutores também perguntaram em que sentido eu queria saber sobre a palavra “trans”, o que indica um não reconhecimento do termo como guarda-chuva identitário por todos os sujeitos. Talvez esse seja um fato que seja importante marcar: os guarda-chuvas identitários trans são mais estratégias políticas para sujeitos com demandas próprias se organizarem em uma luta política do que propriamente uma identidade que se convirja para experiências de formas de ser coletivas.

Do ponto de vista genealógico, quando pensamos como esses sujeitos transmasculinos foram conduzidos a exercer sobre si e sobre os outros uma hermenêutica do gênero enquanto masculinos e intervenções sobre o próprio corpo da ordem do sexual é que abrimos caminhos para pensar os jogos de verdade que os permitem pensar sobre si e sobre sua constituição a partir das práticas e de suas transformações.

Ainda que a masculinidade se mostre como descorporificada, como mostra Jack Halberstam (2008), ela ainda aparece como tendo como referente o que produz o corpo do homem cisgênero. Essa problemática teórica (homem X masculinidade) está intimamente ligada a veridicção dos homens trans sobre suas concepções de si mesmos. Ao colar o “ser homem” com o “ser masculino”, há a vinculação da corporeidade do homem cisgênero à masculinidade. Essa afirmação que parece carregada de obviedade descreve uma estrutura sistematizada de porque esses homens trans abrem mão do uso de tecnologias sexuais de hormonização e redesignação sexual para materialmente construir corpos iguais ou muito próximos aos corpos cisgêneros. A questão que se apresenta é: como ser reconhecido como homem sem parecer com um homem cisgênero ou agir a partir de masculinidades hegemônicas?



Gera-se assim uma dupla possibilidade de ação estratégica: tomar o ideal de uma experiência masculina que se configura a partir de uma certa masculinidade hegemônica de corpos cisgêneros como uma matriz-modelo de normalidade desejada ou criar dispositivos transgêneros nos quais exista uma masculinidade reconhecida como tal que extrapole a matriz referenciada.

Hoje no Brasil quem são as nossas principais referências com trabalhos mais robustos sobre transmasculinidades são: Simone Ávila (ÁVILA, 2014; ÁVILA; GROSSI, 2010, 2013), Guilherme Almeida (ALMEIDA, 2012, 2019; ALMEIDA; CARVALHO, 2019), João Walter Nery (GASPODINI; NERY, 2014; NERY, 2018; NERY; MARANHÃO FILHO, 2017), Cleiton Vieira do Rego (REGO, 2015, 2017; VIEIRA; PORTO, 2019), André Lucas Guerreiro Oliveira (OLIVEIRA, 2015a, 2015b) e Bruno Silva de Santana (SANTANA, 2018).

Antes dos anos 1980, não há registros de homens trans autodeclarados no Brasil (NEVES, 2016). O primeiro relato no país é o do livro autobiográfico de João W. Nery (1984, 2011). Da primeira versão, *Erro de Pessoa*, para a segunda, *Viagem Solitária*, Nery revê 27 anos depois sua história e acrescenta à narração a sua experiência como pai e outros detalhes à narrativa anterior (bem como atualiza termos e alguns avanços das tecnologias de alterações sexuais e dos ativismos trans). Nesse novo relato, Nery fala de um encontro com as “cobaias”, como ele chama esses homens que passavam por intervenções clandestinas experimentais em seus corpos, ainda no início dos anos 1980, o que confirma que haviam sim outros homens trans, porém suas histórias foram invisibilizadas.

Parte da motivação dessa invisibilização era uma tentativa dos próprios homens trans de permanecerem discretos de sua condição para se protegerem, garantindo a própria segurança e das pessoas com as quais se relacionavam. É importante lembrar que todo o procedimento feito nessa época enquanto masculinização do corpo era tido como crime de mutilação, sendo que alguns dos médicos que auxiliaram clandestinamente esses homens a construir seus corpos masculinos foram indiciados criminalmente quando descobertos (NEVES, 2016).



Guilherme Almeida juntamente com Raquel Alves dos Reis Gomes de Carvalho (2019) fez um levantamento do processo de emergência pública das transmasculinidades na cena brasileira. Eles vão reforçar que a partir de 2013 há um considerável crescimento dessa visibilidade que vinha sendo consolidada por eventos anteriores. Apresentamos esse levantamento de modo sucinto em uma breve linha do tempo com algumas inserções nossas:

1977 – O médico Roberto Farina realiza de modo clandestino a cirurgia de redesignação sexual em João W. Nery, à época com 27 anos, o primeiro homem trans operado do Brasil. Em 1971, Farina havia realizado do mesmo modo a primeira cirurgia de redesignação sexual em uma paciente transexual feminina. Em 1975, por conta de uma cirurgia de transgenitarização o médico foi condenado judicialmente, pois o procedimento é tido como mutilação.

Anos 1990 – O Hospital Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) inicia a realização de procedimentos de redesignação em caráter experimental.

1997 – Conselho Federal de Medicina regulamenta a realização dos procedimentos cirúrgicos de transgenitalização dentro dos hospitais públicos universitários brasileiros, apenas com a confirmação do diagnóstico psiquiátrico de “transexualismo”.

2002 – A Resolução nº 1.652/2002 emitida pelo Conselho Federal de Medicina dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo. Na resolução, a neocolpovulvoplastia (criação cirúrgica de uma vulva em mulheres trans) e dos procedimentos complementares perdem o caráter experimental, porém a neofaloplastia (criação cirúrgica de um pênis em homens trans) não.

2004/2005 – O lançamento das plataformas de redes sociais Orkut e Facebook, em 2004, e Youtube, em 2005, permite a criação das primeiras comunidades e fóruns virtuais de homens trans do Brasil e espaços de debate sobre as questões próprias dessa população.

2005 – É fundado o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT).

2008 – Publicação da Portaria nº 457 do Ministério da Saúde institui o processo transexualizador no país. Os procedimentos que até então eram feitos associados a pesquisas universitárias passam a ser ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Ainda no mesmo ano, o homem trans ativista Alexandre Peixe é eleito presidente da Associação da Parada Gay de São Paulo. É também o ano do lançamento do documentário *Eu sou homem*, dirigido por Márcia Cabral.

2009 – Criação da campanha internacional *Stop Trans Pathologization* (STP), tornando pública o debate e mobilizando



ativistas e grupos trans do mundo trans pela causa da despatologização das identidades trans. No Brasil a campanha foi nomeada como *Dia Internacional de Ação pela Despatologização Trans*.

2010 – Lançamento do livro *Viagem Solitária: memórias de um transexual trinta anos depois*, de João W. Nery, que veio a se tornar uma importante referência para o ativismo transmasculino no Brasil. No ano anterior, Nery foi personagem de uma matéria na revista Trip em que contou sua história. Ainda em 2010, Guilherme Almeida, assistente social e pesquisador é efetivado primeiro homem trans professor em uma Universidade Federal no Brasil, na Universidade Federal Fluminense (UFF).

2011 – é lançada a “Política Nacional de Saúde Integral LGBT”, visando, entre outras coisas, eliminar lgbtfobia institucional no SUS.

2012 – é fundada a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT).

2013 – É fundado o Instituto Brasileiro de Transmasculinidade (IBRAT). Também é lançado o documentário *Questão de gênero*, dirigido por Rodrigo Najjar.

2017 – Estreia a novela *A Força do Querer*, da Rede Globo, na qual é destaque o personagem Ivan, um homem trans, levando para o horário nobre da TV aberta a pauta das transmasculinidades.

2018 – Supremo Tribunal Federal permite por meio de jurisprudência a alteração do nome e do sexo no registro civil por pessoas trans sem a necessidade de cirurgia de redesignação sexual. No mesmo ano, a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID), realizada pela Organização Mundial de Saúde, retira a transexualidade da relação de doenças mentais tornando-a uma “condição relacionada à saúde sexual”.

2019 – Supremo Tribunal Federal equipara LGBTfobia ao crime de racismo.

Patologização e Despatologização das Identidades Transmasculinas

Entender as masculinidades produzidas por “transhomens” (é o recorte identitário feito pela autora)⁷ no contexto brasileiro é o interesse de Simone Ávila. Entendendo a emergência das transmasculinidades no Brasil, Ávila vai caracterizá-las como múltiplas e produzidas sob tensões

⁷ André Lucas Guerreiro Oliveira vai criticar esse uso do termo *transhomem*, pois entende que a demanda dos homens trans é serem reconhecidos como homens. Para Oliveira, as pessoas trans “almejam ser reconhecidas em seu gênero identificado, lutam para que sua feminilidade e/ou masculinidade seja plenamente aceita, não se trata de um combate para o reconhecimento de sua transexualidade” (OLIVEIRA, 2015a, p. 102).



e contradições, mostrando-se maleáveis e em constante produção. Em relação as masculinidades hegemônicas, em muitos casos, as transmasculinidades se configuram entre práticas de dominação, subordinação e marginalização (ÁVILA; GROSSI, 2013).

É nesse sentido que a autora questionará uma certa posição de um feminismo radical que apregoava sobre esses homens afirmando que eles “não dormem com o inimigo, mas se transformam em um deles”, fazendo referência a transição de uma identidade feminina para uma masculina. Ávila, a partir da argumentação de Halberstam, vai reafirmar o não pertencimento a masculinidade ao homem, bem como o não pertencimento da feminilidade às mulheres (ÁVILA; GROSSI, 2013). Ávila ainda constatará uma idealização difícil de alcançar de um modo constitutivo de um corpo masculino associado às transmasculinidades. Essa “masculinidade sem pênis” (p. 11) é um dispositivo desestabilizador das masculinidades hegemônicas, pois rejeita a arbitrariedade da relação sexo e gênero e nos recoloca diante das verdades sobre o que é ser homem (ÁVILA; GROSSI, 2013).

Ávila também remonta as articulações do movimento de homens trans no Brasil dentro das articulações LGBTQI+ e trans, caracterizando essa participação como uma “marginalização da marginalização”, na qual se as Lésbicas, Gays e Bissexuais que são marginalizados no movimentam marginalizam a população T. E, ainda, mesmo dentro da população T, a questão dos homens trans são preteridas em relação as das mulheres trans e travestis (ÁVILA, 2014; ÁVILA; GROSSI, 2010).

Para a autora (2014), no livro *Transmasculinidades: a emergência de novas identidades políticas e sociais*, as transmasculinidades são as masculinidades produzidas por homens trans e são identidades que se ancoram nas definições médicas e psis que as patologizam e, ao mesmo tempo, na luta pela despatologização de suas identidades de gênero. Para alguns transgêneros a não correspondência entre sexo e gênero cria a necessidade de modificação corporal por hormonização e/ou cirurgia. Para alguns outros é, entretanto, importante contrapor o discurso médico e afirmar sua condição transgênera não como doença, mas como uma potente forma de viver que rompe com os binarismos associativos de gênero e sexo.



Eu realmente questiono essa definição completamente ancorada na patologização/despatologização da identidade trans quando falamos de transgeneridade. Ainda que, como vimos, historicamente o que temos chamado de transexualidade⁸ venha de uma tradição que entendia as identidades trans como anormais, adoecimentos e perversões, e a luta contra tal perspectiva, hoje as possibilidades transgêneras ganham muitos outros sentidos e referem-se a muitas outras fontes culturais, inclusive dos meios de comunicação e mídias digitais. Afirmando isso especialmente pelas conversas que tive com meus interlocutores em que parece que associações éticas (de relacionar-se consigo mesmo), estéticas (de relacionar-se com as afetações das formas de ser) e políticas (de relacionar-se com os outros) colocam esses sujeitos em uma relação específica de gênero que não as designadas, mas que estão longe de ser reduzidas ao discurso médico e psíquico.

É possível, hoje, pensar as transgeneridades para além do discurso médico e psíquico, inclusive com as implicações das recentes políticas públicas e direitos adquiridos por essa população que cada vez mais permitem que tenham autonomia sobre seus corpos e sua autodeterminação de gênero e sexo. No atual contexto histórico, parece que alguns conceitos e análises das experiências trans são demasiadamente infladas na abordagem da questão, carecendo de uma abordagem mais cultural dos seus significados.

Benjamim Braga de Almeida Neves (2016) vai discordar da definição de Ávila de que as transmasculinidades são produzidas por homens trans a partir dos relatos e discussões do I Encontro Nacional de Homens Trans (ENAHT), realizado em 2015, em São Paulo, no qual se construiu coletivamente que as identidades transmasculinas são múltiplas e não exclusivamente produzidas por homens trans, tendo em vista que pessoas não-binárias também se identificam com elas. O que foi descrito e presenciado é que muitas das pessoas presentes se identificavam como transmasculinas, mas não como homens trans:

diferentemente do movimento de travestis e de mulheres transexuais, o nosso movimento, o movimento de homens trans,

⁸ Ainda que estejamos falando de categorias distintas, a categoria ‘transexual’ possui um arcabouço histórico muito maior para tratarmos da experiência das transgeneridades.



vem se organizando de maneira distinta, e o termo homens trans engloba uma diversidade de homens trans. Existem homens trans intersexuais, transgêneros masculinos, transgêneros masculinos, trans homens, homens trans, homens e pessoas não binárias que se identificam com as transmasculinidades ou com as diferentes construções de masculinidades (NEVES, 2016, p.169).

Cleiton Vieira do Rego (2017) faz uma crítica a automatização da aplicação dos conceitos de *masculinidade feminina* de Jack Halberstam (2008) e do de *masculinidade marginal* ao redor das masculinidades hegemônicas de Raewyn Connell (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013) para teorizar sobre a experiência de transmasculinidades, sob a luz de suas pesquisas empíricas com homens trans brasileiros. Rego vai questionar a aplicação de categorias em conformidade com essas teorias especialmente no que diz respeito a um *continuum* entre as experiências de mulheres lésbicas, “bofinhas” e homens trans. A patologização da transexualidade assomada a inteligibilidade dos corpos por um dimorfismo dos sexos está intimamente ligada a atuação das normatividades do gênero que está a requisitar dos homens trans “corpos específicos e produzem situações de violências e de confronto sobre a posse de atributos não apenas masculinos, mas de homens” (REGO, 2017, p. 261). Portanto, tornam-se não equiparáveis as experiências de homens trans com a das mulheres lésbicas, bem como em a relação com as masculinidades hegemônicas. Há uma incontornável dimensão corporal.

Tenho entendido a transgeneridade masculina como abrangendo aqueles sujeitos que têm e expressam uma identidade de gênero masculina distinta da feminina que lhes foram designadas ao nascer por um critério binarista biológico, incluindo tanto aqueles que vão compensar essa distinção intervindo sobre esse corpo físico (transexuais), com cirurgia e hormonização, quanto aqueles que não o farão, usando elementos culturais associados a masculinidade de modos de agir e de se apresentar/expressar esteticamente (cortes de cabelo, músculos desenvolvidos, pelos corporais), suas produções próstéticas (uso de *binders* e *packers*) e autoidentificações (nome e identidade de gênero).



Autoidentificação e (Não-)Binarismo

É muito interessante o trabalho realizado por João W. Nery e Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho (2017) por experimentarem de modo qualitativo possibilidades de critérios para mapear elementos constituintes das subjetividades masculinas de homens transgêneros. De certo modo, os autores tentam ir mais a fundo do que apenas dizer que elas são múltiplas ao criarem categorias ou territórios de reconhecibilidade materiais e práticas dessas características em relação ao próprio corpo e a identidade de gênero. O trabalho de Nery e Maranhão Filho foi realizado através de um censo feito na plataforma de rede social Facebook. Nery faz uma netnografia por meio de 26 grupos naquela plataforma de rede social, uma por estado da federação, a fim de mapear pessoas autodeclaradas transmasculinas. Ao todo o *Censo de Nery* conseguiu aglutinar 3000 dessas pessoas de todo o país.

Nery e Maranhão Filho vão fazer suas análises a partir de critérios surgidos da própria conversa e relação com os sujeitos da pesquisa para compor critérios de autoidentificação tais como *Relação a identidade de gênero* (sobre aquele que vão se entender como homem, ou como não binários, tendo nenhum dos gêneros ou ambos), *às relações afetivas, papéis sexuais, relação de prazer ao próprio corpo, herança de gênero* (como se relaciona com o passado de socialização feminina), *a necessidade de hormonização e suas produções sociais, a relação à construção de um falo, raça e classe, relação com a passabilidade, relação com a gravidez e pa(ma)ternidade* (NERY; MARANHÃO FILHO, 2017).

O trabalho de Nery e Maranhão Filho vai se dedicar em algum aspecto sobre a relação com a genitália que tende a associar o fato de ter um pênis às possibilidades de ter uma identidade masculina. Essa variedade de constituição de um órgão sexual genital se apresenta na pesquisa dos autores como uma minoria de sujeitos que fazem, tem acesso e/ou querem fazer a cirurgia experimental de neofaloplastia, que é a cirurgia mais invasiva de construção de um pênis de carne. A opção mais viável e aceita é a da metoidioplastia que se dá por meio da soltura por intervenção cirúrgica do clitóris, “criando um ‘mini pênis’, sem nenhum comprometimento com a sensibilidade” (NERY; MARANHÃO FILHO,



2017, p. 289). Enquanto intervenção sexualizante, é ainda mais comum por meio do uso da testosterona sintética potencializada pelo uso de *pump* (bomba de sucção para aumento de volume do clitóris) promover esse desenvolvimento genital clitoriano como criação de um órgão sexual genital entendido como “masculinizado” (NERY; MARANHÃO FILHO, 2017).

Porém, mais potente ainda tem sido um alargamento das possibilidades identitárias para além de uma genitarização normativa do gênero. Tais possibilidades surgem como entendimentos de que ‘não precisa do pênis para sentir-se masculino’, ou como a ativista, travesti e vereadora suplente Indianara Siqueira que se considera ‘uma pessoa de peito e de pau’ (NERY; MARANHÃO FILHO, 2017), como a cantora e atriz Linn da Quebrada⁹ que vai falar sobre um ‘pau de mulher’ ou a professora e pesquisadora Dodi Leal (2017) que vai arguir sobre ‘homem de vagina’ e ‘mulher de pau’. Leal fala da importância de tratar da existência de homem com vagina, inclusive para que se entenda que o debate de gênero e transgeneridade não se resumem ao órgão genital. A autora chega a defender uma supressão do uso da categoria ‘transexual’ afirmando que “de sexual a experiência trans não tem nada” (LEAL, 2017, p.3-4), pelo seu passado patologizante e por ser muito mais uma questão de gênero, estando em oposição a cisgeneridade.

A observação do florescer dos contornos das identificações de gênero das transmasculinidades, para Guilherme Almeida (2019), que vão se apresentando na cena pública nos anos 2010, não necessariamente se construíram em oposição ao binarismo de gênero. O que Almeida observa é que mesmo que o reconhecimento de parte dos homens trans se dê por “questionarem a assimetria de direitos entre homens e mulheres, por se oporem a violência contra a mulheres, por assumirem posturas cooperativas no espaço doméstico, por recusarem piadas sexistas, entre outros elementos” (2019, p. 34), tal reconhecimento não contempla a totalidade desses homens.

Essa outra parte dos sujeitos transmasculinos vão calcar suas identidades na busca e no benefício dos privilégios das masculinidades

⁹ LINN DA QUEBRADA. Linn da Quebrada - Bixa Travesty (Áudio-Vídeo Oficial). *Youtube*, 6 de out. de 2017. 2min38s. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=re0ZRpQbhdI>>. Acesso em 4 mai. 2020.



hegemônicas, tais como ter “mais oportunidade de trabalho, melhor renda, menor participação em atividades domésticas, maior liberdade sexual, maior possibilidade do uso da força física e até dos recursos da violência” (ALMEIDA, 2019, p. 34). Essa performatividade de uma masculinidade hegemônica vai no sentido de buscar a aceitação social em grupos masculinos, por terem experimentado a violência de gênero quando viviam com expressão de gênero feminina, internalizando-a como condição *sine qua non* de ser homem. Guilherme Almeida averiguou que essa performatividade se expressa muitas vezes na exploração de mulheres economicamente (parceiras sexuais, mães ou com outros vínculos), praticando violência ou intimidação doméstica, por exemplo (ALMEIDA, 2019).

Por outro lado, Almeida (2019) também vai negar a ideia da “masculinidade doce” dos homens trans, uma masculinidade que seria empática e sensível, uma afirmação que associa a socialização de gênero feminina (que eventualmente esses sujeitos tiveram antes da transição) com uma masculinidade mais *soft*. O autor vai reforçar que as transmasculinidades não são homogêneas e esse tipo de afirmação volta a recorrer a um essencialismo de gênero (tanto dos homens trans, como das mulheres enquanto resultado dessa tal socialização).

O autor ilustra esse jogo de distintos papéis de masculinidades performados por sujeitos transmasculinos ao observamos a cada vez maior incidência de homens trans que seguem carreiras na polícia ou no exército, instituições que legitimam como atuação pública o uso da força e da repressão, e uma performance de hipervirilização, mas que eventualmente desconstroem essa ideia ao preferirem-se “empáticos, suaves, hipersensíveis” (p. 35). É assim que podemos entender que as transmasculinidades

são efeito de bricolagem, criações produzidas na intersecção de necessidades induzidas por marcadores sociais de diferenças tão diversas quanto a classe social e as necessidades econômicas, o contexto geográfico, o pertencimento étnico-racial, a geração e tantos outros, como já dissemos. Não são meras criações individuais (ALMEIDA, 2019, p. 35).

Essa triagem e síntese de componentes contingenciais referentes às masculinidades possíveis selecionadas da cultura, nos usos das



plataformas de redes sociais, acesso a biotecnologias e políticas públicas e serviços de saúde, das relações com as contemporâneas teorias transfeministas e com os movimentos de organização dessa população vão compondo a variabilidade e complexificação do que tem potencializado essas subjetividades.

Outras Masculinidades: Interseccionalidade e Decolonialidade

As experiências das transmasculinidades evidenciam a diversidade das identificações quando apresentam homens possuidores orgulhosos de suas vulvas indo de encontro ao diagnóstico psiquiátrico que definem essas identidades pela disforia em relação aos seus corpos, homens grávidos reivindicando sua condição de pai, homens que se tornam figuras paternas cuidadoras, próximas de seus filhos e afetivas, pessoas que reivindicam a masculinidade sem, no entanto, dizerem-se homens, homens trans não-binários, homens trans feministas, homens trans gay e bissexuais, homens trans com relações transcitradas, e, inclusive, homens trans heteronormativos (ALMEIDA, 2019).

Meus interlocutores encarnam, ao menos discursivamente, a masculinidade não dominante, entendida como sensível, tanto nas suas produções on-line, quando nas nossas conversas em que narravam suas ideias de si. Parece que há um projeto comum ou, ao menos, uma priorização de modos de ser de uma masculinidade contra-hegemônica especialmente em seu aspecto de dominação, aqui conceituada aos modos de Raewyn Connell e James Messerschmidt (2013). O discurso de verdade de si que estrutura publicamente as identificações desses homens é um conceito de masculinidade não-heteronormativa e não-dominadora, no qual há espaço para sensibilidade, e, principalmente, para a diversidade de experiência do corpo.

Tornar-se homem, quando não foi nascido homem, como um projeto, potencialmente permite a esses homens pensarem mais criticamente sobre a masculinidade que querem performar, especialmente se tivermos em conta que repensar esse estatuto está na pauta do dia dos movimentos sociais de gênero e sexualidade.



Os corpos desses homens, nossos interlocutores, estão marcados por uma diversidade de outros elementos que não essa condição específica do gênero que o vão interseccionando em dimensões muito próprias. Fica marcada uma dimensão interseccional de elementos como raça, classe, idade e localização como moduladores das masculinidades possíveis de homens trans.

Bruno Silva de Santana (2018) parte de suas experiências pessoais para pensar as transmasculinidades negras focando no que significa analisar as experiências de homens trans de maneira interseccional e decolonial. Santana vai pensar masculinidades para além do modelo hegemônico calcado na cis-heteronormatividade que legitima apenas um tipo de corpo como masculino: não só o cisgênero, mas também o branco. O autor vai demarcar a interseccionalidade das experiências trans racializadas sob mecanismos de branqueamento que negam as identidades negras e escondem os processos históricos racistas que geram exclusão e marginalização.

É nesse sentido que Santana vai fazer uma associação entre seu processo de transição de gênero e sua transição capilar que o tornou em um homem negro trans e de dread, processo de subjetivação de se masculinizar e se enegrecer. O que se impõe em relação a experiência racializada de homens trans é que as referências de representatividade são de corpos trans idealizados enquanto brancos, musculosos, hormonizados com testosterona e que já realizaram a mamoplastia, ou seja corpos obedientes à padrões de masculinidade hegemônica, estereótipos de gênero e próximos a uma cisgeneridade branca (SANTANA, 2018).

A interseccionalidade de distintos marcadores sociais de diferença de raça, classe, etnia, territorialidade, sexualidade, idade vão proporcionar experiências distintas de vivenciar as transmasculinidades. “Ser homem negro trans gay, homem negro trans nordestino, ser homem negro trans grávido, ser homem negro trans bissexual, ser homem negro trans gordo, ser homem negro trans com deficiência e por aí vai” (PEÇANHA, 2018, online) mobiliza percepções e ações distintas diante desses corpos.

Santana vai se apropriar do conceito de “objeto e ameaça”, de Leonardo Morjan Britto Peçanha (2018), para narrar a condição própria



da transição de homens negros trans que sofrem formas distintas de rejeição e marginalização a partir da percepção de seus marcadores de diferença. A passabilidade cisgênera de homens trans negros é vivenciada pelo racismo, como retrata o autor:

passo a ser lido pelo outro como homem, automaticamente o peso do racismo cai sobre mim e saí do lugar de vítima e objeto de desejo (enquanto era lido socialmente como mulher), consequentemente para o lugar de ameaça (homem negro). Comecei a ver que as pessoas na rua, principalmente as mulheres cis, ao notar minha presença sentiam-se ameaçadas e passavam a andar mais rápido, segurar suas bolsas, entrar em estabelecimentos, correr (SANTANA, 2018, p. 99).

Bruno Silva de Santana vai afirmar que se a passabilidade muitas vezes o livra da transfobia ela não o protege do racismo. Outro fator que o autor vai apontar da intersecção da negritude e da transgeneridade são as expectativas de corporificação da hiperssexualização esperada aos homens negros. Mesmo eles, “homens de vagina”, são demandados de performarem a figura do “supernegão”, aquele que é “dententor de uma virilidade exacerbada e de um pênis gigantesco” (p. 100). Esse racismo se materializa na venda dos *packers* (próteses penianas usadas para produzir volume, urinar em pé e ter relação sexual por penetração) que indica para esses homens trans negros os de maior tamanho, despejando sobre eles as expectativas da masculinidade racializada.

Os corpos racializados parecem estar mais suscetíveis a violência. Nas conversas com nossos interlocutores, alguns deles narraram ter sofrido ou ameaça ou violência física efetiva, institucional ou psicológica, ou tiveram que abrir mão de violência para se proteger. Foram casos de agressão física por motivação transfóbica tanto de membros da família como de desconhecidos em locais públicos, expulsão de casa, ridicularização em estabelecimento comercial e transfobia institucional. O dado importante sobre essas histórias é que quando fomos verificar constatamos que TODOS são sujeitos racializados ou não-brancos. O que sugere que a interseccionalidade da raça para homens trans os expõem, pelos nossos dados, a maior risco de ter que lidar com a alguma forma de violência transfóbica.



A geolocalização também é outro fator que, associado a classe e raça, dizem respeito sobre o acesso aos serviços de saúde especializados em transexuais, mas também na articulação e afetos com outros homens trans. Há uma diferença nesses dois quesitos para sujeitos que moram em cidades do interior longe das capitais e nas regiões do país em que esses serviços são escassos (especialmente a região Norte, segundo o relato de um interlocutor). Se o acesso a hormonização e intervenções corporais possibilita os manejos necessários a minimizarem os sofrimentos socialmente produzidos pela transfobia e disforia, além do capital financeiro e social (VIEIRA; PORTO, 2019), o acesso local a serviços também é um determinante complicador. Mesmo no tocante a dificuldade de se associar afetivamente ou em coletivos militantes com outros homens trans, aqueles que moram nas cidades mais interioranas relatam dificuldades nesse sentido, o que é especialmente problemático tendo em vista que outro dado da nossa pesquisa é como esses espaços são importantes para autoaceitação e autodescoberta, suporte em vários níveis e informação de serviços legais e de saúde (FERREIRA, 2020).

A questão etária, ou melhor, geracional, também se sugere em relação a necessidade de um discurso pela naturalização do gênero que expressa. Parece que o discurso sobre a sensação muito própria de se sentir em um gênero que não é o que lhe foi designado para aquele que é mais velho ainda mantém um resquício dos discursos de veridicção da “verdadeira transexualidade”, de uma “alma masculina que nasce em um corpo feminino”. A identificação mais tardia com o reconhecimento de uma identidade masculina e o comprometimento para tornar-se homem nas gerações mais jovens, aqueles que estão na faixa dos vinte anos e se tornaram adultos no pleno desenvolvimento das comunidades trans nos anos de 2010, não tem essa necessidade tão profunda de provar-se essencial e verdadeiramente homem desde sempre.

No fim de sua vida, João W. Nery discutia sobre o envelhecimento de homens trans. Especificamente em seu caso, no qual perdeu todo seu currículo e seu diploma de psicólogo após transicionar, passou a vida em empregos que não lhe garantiram uma aposentadoria na velhice¹⁰, mas

¹⁰ Projeto #Colabora. JOÃO NERY | LGBT+60: Corpos que Resistem #Ep1. *Youtube*, 17 out. 2018. 6min.18s. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=wABZUUpFTMY>>. Acesso em 4 mai. 2020.



também falava sobre depauperamento do corpo e de como os serviços de saúde não estão preparados para o cuidado do corpo trans idoso.

Referências

ALMEIDA, Guilherme Silva De; CARVALHO, Raquel Alves dos Reis Gomes De. Emergência pública de transmasculinidades na cena brasileira em princípios dos anos 2000. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS 2019, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: CBAS, 2019. p. 1–13.

ALMEIDA, Guilherme. “Homens trans”: Novos matizes na aquarela das masculinidades? *Revista Estudos Feministas*, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 513–523, 2012. DOI: 10.1590/S0104-026X2012000200012.

ALMEIDA, Guilherme. Revisitando a aquarela das masculinidades. *Revista Cult*, [S. l.], n. 242, p. 32–35, 2019.

ÁVILA, Simone. *Transmasculinidades: a emergência de novas identidades políticas e sociais*. Rio De Janeiro: Multifoco, 2014.

ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam Pillar. “Nós queremos somar!”: a emergência de transhomens no movimento trans brasileiro. In: VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO DA ABEH 2010, Rio Grande. *Anais [...]*. Rio Grande: Associação Brasileira de Estudos da Homocultura, 2010. p. 1–12.

ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam Pillar. O “y” em questão: as transmasculinidades brasileiras. In: ANAIS ELETRÔNICOS DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10 2013, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: Fazendo Gênero, 2013. p. 1–12.

BORBA, Rodrigo. Narrativas orais e (trans)masculinidade: (re)construções da travestilidade (algumas reflexões iniciais) | Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades. *Bagoas*, [S. l.], v. 5, n. 6, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2333>. Acesso em: 6 maio. 2020.

CONNELL, Raewyn. Transsexual women and feminist thought: Toward new understanding and new politics. *Signs*, [S. l.], v. 37, n. 4, p. 857–881, 2012. DOI: 10.1086/664478. Disponível em:



<https://www.jstor.org/stable/10.1086/664478>. Acesso em: 6 maio. 2020.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 241–282, 2013. DOI: 10.1590/S0104-026X2013000100014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100014&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 6 ago. 2019.

FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva. *Digitalização de si e transmasculinidades: a constituição de subjetividades gendradas e a produção de saberes no Facebook*. 2020. 357 f. Universidade Federal da Bahia, 2020.

GASPODINI, Icaro Bonamigo; NERY, João Walter. Transmasculinidades: provocações introdutórias. In: DIFANTE, Édison Martinho da Silva; PICHLER, Nadir Antonio; GUIMARÃES, Willian (org.). *Filosofia, homoafetividade e mulheres: questões emergentes*. Passo Fundo: Méritos, 2014. p. 75–90.

GOTTZÉN, Lucas; STRAUBE, Wibke. Trans masculinities. *Norma: International Journal for Masculinity Studies*, [S. l.], v. 11, n. 4, p. 217–224, 2016. DOI: 10.1080/18902138.2016.1262056. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/18902138.2016.1262056>. Acesso em: 5 maio. 2020.

HALBERSTAM, Judith. *Masculinidad femenina*. Barcelona – Madrid: Egales editorial, 2008.

LEAL, Dodi. *Homem de vagina, mulher de pau: gênero e transgeneridades em processos artístico-pedagógicos com crianças*, 2017.

NERY, João W. *Erro de Pessoa: Joana ou João?* 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 1984.

NERY, João W. *Viagem Solitária: Memórias de um Transexual 30 Anos Depois*. São Paulo: Leya, 2011.

NERY, João W. Transmasculinos: invisibilidade e luta. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018. p.



393–404.

NERY, João Walter; MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Deslocamentos subjetivos das transmasculinidades brasileiras contemporâneas. *Revista Periódicus*, [S. l.], v. 1, n. 7, p. 280, 2017. DOI: 10.9771/peri.v1i7.22279.

NEVES, Benjamim Braga de Almeida. Transmasculinidades no ambiente escolar: laicidade e resistências. In: RODRIGUES, Alexsandro; MONZELI, Gustavo Artur; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva (org.). *A política no corpo: gêneros e sexualidades em disputa*. Vitória: Edufes, 2016. p. 161–176.

OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro. Os homens transexuais brasileiros e o discurso pela (des)patologização das identidades (trans). In: JESUS, Jaqueline Gomes De (org.). *Transfeminismo: teorias e práticas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015a. p. 101–119.

OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro. “Somos quem podemos ser”: os homens (trans) brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade. 2015b. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/20034>. Acesso em: 8 maio. 2020.

PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto. *Visibilidade Trans pra quem? Parte II – Um olhar Transmasculino Negro*. 2018. Disponível em: <http://negrosblogueiros.com.br/leonardombpecanha/2018/visibilidade-trans-pra-quem-parte-ii-um-olhar-transmasculino-negro/>. Acesso em: 10 maio. 2020.

REGO, Francisco Cleiton Vieira Silva Do. *Viver e esperar viver: corpo e identidade na transição de gênero de homens trans*. 2015. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/20730>. Acesso em: 8 maio. 2020.

REGO, Francisco Cleiton Vieira Silva Do. “Presos na teoria errada” entre mulheres, “bofinhos” e homens trans. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, [S. l.], v. 11, n. 16, p. 232–267, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/12521>. Acesso em: 5 maio. 2020.



RODRIGUES, Cristiano; ANDRADE, Darlane Silva Vieira; MANO, Maíra Kubik. Por uma Teoria Social de Gênero do - e para - o Sul Global: uma entrevista com Raewyn Connell. *Revista Feminismos*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 45–58, 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30076/17797>. Acesso em: 7 maio. 2020.

SANTANA, Bruno Silva De. Pensando as Transmasculinidades Negras. In: RESTIER, Henrique; SOUZA, Rolf Malungo De (org.). *Diálogos Contemporâneos sobre Homens Negros e Masculinidades*. São Paulo: Ciclo Continuo, 2018. p. 95–104.

SERANO, Julia. Cazadores de faldas: por qué los medios de comunicación representan la revolución trans con pintalabios y tacones. In: GALOFRE, Pol; MISSÉ, Miquel (org.). *Políticas Trans: una antología de textos desde los estudios trans norteamericanos*. Barcelona – Madrid: Editorial Egales, 2015. p. 209–226.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2016. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19685/1/VERGUEIRO Viviane - Por inflexoes decoloniais de corpos e identidades de genero inconformes.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19685/1/VERGUEIRO_Viviane_-_Por_inflexoes_decoloniais_de_corpos_e_identidades_de_genero_inconformes.pdf). Acesso em: 14 maio. 2020.

VIEIRA, Cleiton; PORTO, Rozeli Maria. “Fazer emergir o masculino”: noções de “terapia” e patologização na hormonização de homens trans. *Cadernos Pagu*, [S. l.], n. 55, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332019000100505. Acesso em: 9 abr. 2020.

Questioning Masculinity Studies: The Transmasculine Perspective In Brazilian Research

ABSTRACT: How do gender studies in the field of masculinities appear today, in Brazil, from a transgender perspective? Based on a survey conducted by Gottzén and Straube (2016), we produced this study by analyzing 20 Brazilian periodicals dedicated to gender and sexuality studies. As has been the case in studies in the Global North, we found that there are few studies in which Brazilian researchers designed, conducted and analyzed the topic of transmasculinity, including the transgender perspective, and that there are generally only occasional references to transgenderity in the masculinity literature. We argue that this fact is explained by the phenomenon of compulsory cisgenerity that makes transgender experience exceptional; for the invisibility of transmasculinities (even when it comes to the issue of transgenderity) and the fact that only recently has there been a massification of the possibility of living and calling oneself trans-masculine, producing greater production on the subject.

KEYWORDS: Transmasculinity. Transgender. Gender studies. Epistemologies. Masculinities.

Sérgio Rodrigo da Silva FERREIRA

Universidade Federal da Bahia

*Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Membro do Grupo de Pesquisa em Gênero, Tecnologia Digital e Cultura (GIG@/UFBA).
E-mail: sergiorodrigosf@gmail.com*

Recebido em: 26/11/2020

Aprovado em: 01/04/2022